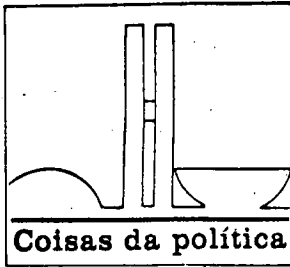


A misteriosa carta

A imprensa e o descaso do Governo Figueiredo. Estes têm sido os dois principais alvos da avaliação malufista sobre a derrota antecipada do candidato Paulo Maluf no Colégio Eleitoral. Mas, se têm sido lembrados e repisados em público, não são os únicos.

Os malufistas, como outros políticos e até um ministro, identificam sutilmente uma outra origem para a derrota: a força discreta mas firme do ex-Presidente Ernesto Geisel.

O primeiro e mais evidente sintoma de que Geisel não passou ao largo do processo sucessório está embutido em três nomes: Aureliano Chaves; Marco Maciel e Hélio Beltrão. Os três giram em torno de um mesmo eixo e não foi por acaso que tiveram uma trajetória muito semelhante em todo o processo. Primeiro, **presidenciáveis** que trocavam elogios nas entrevistas e visitavam-se constantemente; depois molas-mestras para a criação da Frente Liberal e, enfim, o apoio conjunto a Tancredo Neves. Em todos esses momentos, sempre uma passadinha pelo escritório da Norquisa, no Rio de



Coisas da política

Janeiro, onde Geisel passa parte de suas semanas.

Seria demais dizer que o velho general tenha traçado ou orientado a estratégia da Frente Liberal. Mas seria ingenuidade — ou má vontade — não ver que ele foi, com a autoridade de ex-Presidente e iniciador da abertura política, o mais forte respaldo às articulações e à acomodação final dos liberais do PDS.

Foi no escritório da Norquisa, depois de uma longa conversa com Geisel, por exemplo, que Aureliano declarou pela primeira vez à imprensa: "A tendência é apoiarmos Tancredo Neves". No bolso do paletó, carregava uma carta datada da véspera — 9 de julho — e assinada pelo então Governador de Minas, que só iria se desincompatibilizar do cargo no dia 14 de agosto, dois dias depois de, ao lado do Senador José Sarney, compor a chapa oficial do PMDB à Presidência e Vice-Presidência da República.

Tal carta foi resultado de um trabalho paciente que envolveu muita conversa e algumas viagens sigilosas iniciadas no final de junho e completadas nos primeiros dez dias de julho. Aureliano e Tancredo já estavam visados o suficiente, pela imprensa, para poderem andar por aí mantendo encontros reservados. Além disso, o telefone é algo muito pouco confiável neste país. Assim, foi nomeado um intermediário que, no dia 5 — cinco

dias, portanto, antes do encontro Geisel-Aureliano — foi a Belo Horizonte, mais precisamente ao Palácio da Liberdade, e dali voou para dois encontros consecutivos, no Rio, com os Generais Ivan de Souza Mendes e Leônidas Pires Gonçalves, ambos membros do Alto Comando do Exército e com ligações notórias com Geisel. Lembre-se que, à época, a palavra da moda era "revanchismo" e circulavam notícias de que as Forças Armadas queriam garantias para a transição pacífica do poder a um civil — quanto mais a um civil de oposição.

Dois dias depois, já no sábado, dia 7, um outro intermediário cumpriu um novo e também longo percurso. Chegou a Brasília pela manhã, foi direto ao Palácio do Jaburu e dali retornou ao aeroporto, onde começou bombons antes de embarcar no primeiro voo para Belo Horizonte. Ainda no mesmo dia, estava de volta ao Rio de Janeiro, onde recebeu, na noite do dia 9, um envelope fechado — inclusive com durex — que chegou às mãos de Aureliano menos de uma hora antes de seu encontro com Geisel, no dia seguinte. Tal encontro começou pouco depois das 9 horas.

O resto da história é público e notório, mas vale a lembrança de alguns lances que se seguiram à carta e foram fundamentais no resultado de um Colégio Eleitoral que ainda irá acontecer: na quarta dia 11, Aureliano

encontrou-se com Ulysses Guimarães; na quinta 12, Tancredo reuniu-se com o grupo "Só Diretas" do PMDB, que desintegrou-se por encanto, logo depois; na sexta, 13, Aureliano enfim recebeu Tancredo no Jaburu. Estava selada a sorte de Paulo Maluf, que só um mês depois, a 11 de agosto, tornar-se-ia, oficialmente, o candidato do PDS.

A carta? Dela, só se pode afirmar, com segurança, que é uma espécie de tratado da paz, um convite e uma promessa de Tancredo Neves: que os homens de bem, acima de suas posições partidárias e pretensões pessoais, superem as "divergências passadas" e se unam num esforço comum de reconstrução nacional, rumo a uma "democracia sem adjetivos". Nessa marcha, o crescimento econômico, justo socialmente, tem um lugar de destaque, mas o principal é a constatação de que a crise brasileira, em essência, é política.

Resta saber se — e quando — a íntegra desta carta será divulgada à nação. Aureliano Chaves, ao confirmar sua existência, chamando-a de "documento", lançou uma sutil advertência:

- Quando o senhor irá mostrá-la?
- Acho, e espero, que nunca será necessário.

ELIANE CANTANHEDE

Coordenadora de política do JORNAL DO BRASIL em Brasília